



CARTA PASTORAL DOS BISPOS DO REGIONAL LESTE 3 SOBRE “A MELHOR POLÍTICA”

01. *Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados* (Mt 5,6). Nós, bispos do Regional Leste 3 da CNBB, preocupados com a situação política e social do povo brasileiro e estimulados pela reflexão do Papa Francisco sobre “a melhor política” na encíclica *Fratelli tutti*, nos dirigimos aos católicos e outras pessoas de boa vontade, para que, iluminados pela Palavra de Deus e pela Doutrina Social da Igreja, encontremos os melhores caminhos para colaborar na construção de um Brasil justo, fraterno e solidário.

02. O profeta Amós dirigia um forte apelo aos homens e mulheres de sua época: “*Quero ver o direito brotar como fonte e a justiça qual riacho que não seca*” (Am 5, 24). Essas palavras ainda hoje ecoam fortemente, como desejo de que brotem em nosso mundo o direito e a justiça. O *Direito* de vida plena e digna para todos – mas, sobretudo, para os mais pobres – e a *Justiça* que nasce da partilha e tem como fruto a paz. O profeta também exorta as autoridades e lideranças de seu tempo, incitando-as a governar com retidão e justiça, exortação que percorre o tempo e chega até os dias de hoje.

Para os profetas, a ação dos governantes deveria refletir a Vontade de Deus revelada pela Aliança do Senhor com o povo e reproduzir na ordem social o Seu amor por todos os seus filhos e filhas. Ninguém deveria ser excluído da vida digna e farta e do acesso aos bens da natureza que o Senhor dispôs para todos (cf. Gn 1,28-30). Porém, o desvio dos caminhos do direito e da justiça por parte dos chefes e nobres da nação levava à “opressão dos fracos” e ao “maltrato com os necessitados” (Am 4,1), o que provocava a exortação dos profetas, dirigida principalmente à realidade política de seu tempo.

Os olhos dos profetas não se desviavam da real situação do povo de Deus. E nós, como pastores, não podemos deixar de sentir no coração o momento crítico em que vive o País e a situação à qual foi lançada a maioria de nosso povo, em particular os mais pobres, aos quais Jesus outorgou a herança do Reino dos Céus (cf. Lc 6, 20).

03. Adentramos a terceira década do século XXI imersos em uma crise global de dimensões econômica, ecológica, ética, intelectual, social e política, intensificada e ampliada pela crise sanitária decorrente da pandemia global da Covid-19 a partir de 2020. No Brasil, porém, os efeitos dessa crise foram reforçados e tiveram maior impacto sobre a população pela incompetência, insensibilidade, corrupção e preocupação com interesses próprios por parte das autoridades que deveriam cuidar de nosso povo.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL LESTE 3

Av. João Baptista Parra, 525 – Praia do Suá
CEP: 29052-123 – Vitória – ES
Tels.: (27) 2142-1158 - secgeral@cnbbleste3.org.br

Lamentamos e oramos pelos mais de 670 mil brasileiros que perderam a vida em função da Covid-19 e nossa tristeza é ainda mais profunda quando sabemos que grande parte dessas mortes poderia ter sido evitada. Somos também testemunhas dos elevados preços dos combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica, carnes, óleo de cozinha e outros produtos da cesta básica, e sabemos muito bem que os efeitos dolorosos desses aumentos são sentidos primeira e mais sofredamente pelos mais pobres e desamparados, ou seja, por aqueles a quem Jesus nos manda amar e atender como se a Ele mesmo amparássemos (cf. Mt 25, 31-46). Além desses, o número de pessoas desempregadas e que amargam situação de extrema pobreza aumentou de maneira preocupante no Brasil.

Vemos também com tristeza o avanço do desmatamento e a destruição de biomas fundamentais ao equilíbrio ecológico, além do avanço do garimpo e do agronegócio sobre terras indígenas, que tem provocado, além da destruição de nossa *Casa Comum* (cf. Francisco, *Laudato si'*), morte, sofrimento, adoecimento e empobrecimento dos povos originários. E tudo isso, muitas vezes, sob o silêncio dos órgãos de fiscalização dos Poderes Executivos nacional e estaduais.

Acompanhando os turbulentos fenômenos políticos do Brasil nos últimos anos, criou-se no País um clima de ódio na política que acabou por se converter em ataque aos direitos humanos e das minorias, fazendo aumentar o fundamentalismo religioso, intolerância, racismo, xenofobia, machismo, homofobia e outras formas de preconceito, que muitas vezes se concretizaram em atos de violência, como feminicídio e outros. Muito nos entristece, em particular, quando esses atos ou o desrespeito pelo outro são justificados por uma suposta adesão à Palavra de Cristo – que, na verdade, pregou o amor, perdão, conversão e acolhida a todos.

Uma boa parte de nossos parlamentos (Congresso Nacional, assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereadores) está ocupada por políticos que reproduzem esses aspectos negativos da política e não têm demonstrado a reta conduta que se espera de representantes eleitos para o Poder Legislativo. Muitos também se vendem em função de emendas parlamentares, mesadas ou doações para campanhas eleitorais e esquecem a sua função de atuar pelo bem dos que os elegeram.

A nenhuma dessas verdades podem os cristãos fechar os olhos. Pela missão que recebeu do próprio Cristo ressuscitado de “tomar conta de suas ovelhas”, como demonstração de seu amor por Ele (cf. Jo 21, 15-17), o magistério da Igreja deve instruir os seus fiéis tanto nas



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL LESTE 3

Av. João Baptista Parra, 525 – Praia do Suá
CEP: 29052-123 – Vitória – ES
Tels.: (27) 2142-1158 - secgeral@cnbbleste3.org.br

verdades divinas quanto nas realidades do mundo, de onde Jesus não queria nos tirar, mas preservar-nos do mal (cf. Jo 17, 15). A Igreja, na sua longa experiência de Povo da Aliança, inspirada nos profetas e na pregação de Jesus, tem a função de também ensinar o seu povo sobre as questões sociais, políticas, econômicas e ecológicas.

04. Os bispos, nas suas dioceses ou em colegiado, no acolhimento sinodal à participação dos presbíteros e leigos e em sintonia com o Papa, têm autoridade para orientar os fiéis diante dos problemas gravíssimos das injustiças sociais de seu tempo (cf. *Christus dominus*, 12). Igualmente cabe aos presbíteros não ignorar a dramática situação dos pobres e injustiçados (cf. *Presbyterorum ordinis*, 6).

Por isso, inspirados pela luz dos Santos Evangelhos, pela Doutrina Social da Igreja, pelo pontificado do Papa Francisco e pelo clamor dos pobres e todos os que sofrem, nós, bispos do estado do Espírito Santo – da Arquidiocese de Vitória e das dioceses de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus, que compõem o recém-criado Regional Leste 3 da CNBB – dirigimo-nos ao povo de Deus de nossas igrejas locais para buscar a melhor política.

05. As próximas eleições, em função do que mencionamos acima, exigirão dos católicos um esforço maior de compreensão da conjuntura e engajamento efetivo no processo eleitoral. Muitas serão as armadilhas ideológicas e informacionais, as notícias falsas e os apelos pseudorreliгиозos – sem nenhum amparo nem nas Escrituras, nem na Doutrina Social da Igreja – que tentarão nos capturar em nome de interesses eleitoreiros. Estejamos atentos e sejamos “simples como as pombas e prudentes como as serpentes” (Mt 10, 17), porque “os que pertencem a este mundo são mais espertos do que aqueles que pertencem à luz” (Lc 16, 8).

Para escolher os candidatos e candidatas, tanto ao Poder Executivo (presidente, governadores e prefeitos) quanto ao Legislativo (senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores), precisaremos fazer uma avaliação muito criteriosa, porque o voto tem consequências na situação econômica, social, cultural e ambiental de nosso País, nossos estados e municípios. É necessária uma análise da história e das propostas daqueles que desejam ser nossos e nossas representantes no exercício de mandatos políticos. A participação consciente e efetiva dos cristãos, desde que inspirada nas fontes autênticas de nossa fé, pode reverter o quadro geral no qual se encontra o nosso País e contribuir para que os poderes Executivo e Legislativo de nossa República sejam moralizados e ocupados por pessoas com mais consciência de seu papel de representantes do povo.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL LESTE 3

Av. João Baptista Parra, 525 – Praia do Suá
CEP: 29052-123 – Vitória – ES
Tels.: (27) 2142-1158 - secgeral@cnbbleste3.org.br

Para auxiliar nesse momento de discernimento, apresentamos algumas orientações que podem guiar os eleitores católicos na escolha de seus candidatos e pautar o exercício dos mandatos dos que se candidatarem e se elegerem.

O pressuposto fundamental para o voto consciente é o conhecimento das competências e limites de cada Poder da República e de sua importância na democracia. Os princípios que apontaremos devem ser pensados de acordo com os papéis que cabem ao Legislativo (fazer as leis e fiscalizar o Executivo) e ao Executivo (administrar o orçamento público, os investimentos, as obras e as políticas públicas nas diversas áreas da sociedade). Cada Poder tem uma competência específica e não se pode esperar de deputados e senadores o que é de competência do presidente e dos governadores, e vice-versa. Também não podemos nos esquecer de que, no sistema político brasileiro, nenhum presidente, governador ou prefeito governa sem harmonia e interação com as câmaras legislativas (Senado, Câmara dos Deputados Federais, assembleias legislativas e câmaras de vereadores). Isso deve ser levado em conta na escolha dos candidatos e na análise de suas propostas.

A concepção geral de política

06. A Doutrina Social da Igreja não rejeita a política, ao contrário, enxerga a atividade política dos cristãos como vivência da “caridade social” (Bento XVI, *Deus caritas est*, 29). A participação na política é concebida como *meio* para o fim último, que é a dignidade da pessoa humana (cf. *Compêndio da doutrina social da Igreja*, 384).

A política não é apenas uma ação que dependa de preferências individuais, mas um imperativo da vivência de nossa fé em um mundo onde se faz “necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum” (Francisco, *Fratelli tutti*, 154). Por isso, o Papa nos convida a “revalorizar a política, que ‘é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum’” (Francisco, *Fratelli tutti*, 180).

A simples adesão ao jogo político eleitoral, como se isso nada tivesse de relação com a fé que professamos e com os ensinamentos da Igreja, faz com que muitos cristãos acabem aderindo a ideias e práticas em franca contradição com os fundamentos de sua religião. Por isso, para o Papa, é inaceitável que os cristãos partilhem de certas mentalidades e atitudes que fazem “prevalecer determinadas preferências políticas em vez das profundas convicções da sua própria fé: a dignidade inalienável de toda pessoa humana, independentemente da sua origem, cor ou religião, e a lei suprema do amor fraterno” (Francisco, *Fratelli tutti*, 39).



A preocupação com a casa comum

07. O pontificado de Francisco iluminou a Igreja para a centralidade da questão ecológica, e por essa razão, a temática ambiental deverá sempre ter espaço de destaque no debate político. Não se trata apenas do que foi chamado de “ecologia rasa”, ou seja, uma preocupação reduzida ao “verde” ou algumas espécies vivas, mas de uma concepção integral da ecologia, que pensa o planeta inteiro, nossa *casa comum* de que nos fala a *Laudato si’*. Segundo o Papa, “as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico já não se podem olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exigem que se preste atenção às políticas nacionais e locais” (Francisco, *Laudato si’*, 176).

Quem não integra a concepção ecológica profunda a seus projetos políticos ou já demonstrou descaso com o ecossistema em sua gestão ou mandato não merece nosso voto e não pode dizer-se em sintonia com o pensamento de nossa Igreja.

A defesa da vida desde a concepção até o fim natural

08. A Doutrina Social da Igreja defende o “direito à vida, desde o momento da sua concepção até o seu fim natural, que condiciona o exercício de qualquer outro direito e comporta, em particular, a ilicitude de toda forma de aborto procurado e de eutanásia” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 155). A defesa do direito à vida é concebida de maneira ampla e não se resume a uma única causa ou a um único momento, pois a vida humana é uma totalidade integrada e possui múltiplos aspectos.

O Papa Francisco, contudo, nos adverte: “Mas é nocivo e ideológico também o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social dos outros, considerando-o algo de superficial, mundano, secularizado, imanentista, comunista, populista; ou então relativizam-no como se houvesse outras coisas mais importantes, como se interessasse apenas uma determinada ética ou um arrazoado que eles defendem. A defesa do inocente nascituro, por exemplo, deve ser clara, firme e apaixonada, porque neste caso está em jogo a dignidade da vida humana, sempre sagrada, e exige-o o amor por toda a pessoa, independentemente do seu desenvolvimento. Mas igualmente sagrada é a vida dos pobres que já nasceram e se debatem na miséria, no abandono, na exclusão, no tráfico de pessoas, na eutanásia encoberta de doentes e idosos privados de cuidados, nas novas formas de escravidão e em todas as formas de descarte. Não podemos propor-nos um ideal de santidade que ignore a injustiça deste mundo, onde alguns festejam, gastam folgadoamente e reduzem a sua vida às novidades do consumo, ao mesmo tempo que outros se limitam a olhar de fora enquanto a sua vida passa e termina miseravelmente” (Francisco, *Gaudete et exsultate*, 101).



Tudo o que atenta contra qualquer aspecto da integralidade da vida humana deve ser combatido pelos meios disponíveis, entre os quais está a política.

Segurança e direitos humanos

09. Testemunhamos nos tempos presentes o crescimento da ideia equivocada de que a violência e a criminalidade se combatem com mais violência ou com a ação criminosa dos agentes do Estado. Isso se revela nos discursos que estimulam o ódio aos que cometem crimes, no apoio aos linchamentos e à tortura, nas propostas de aplicação de pena de morte ou prisão perpétua e no estímulo ao armamento da população civil.

O que revela a hipocrisia dessa posição é o fato de que esse ódio, na maioria das vezes, se direciona apenas aos criminosos das classes baixas. Muitos dos que dizem odiar o crime e os criminosos figuram entre os seguidores de políticos e empresários que assaltam os cofres públicos ou têm relações com o crime organizado.

A ideia errônea de que o crime deve ser combatido com a violência e o ódio, fortemente presente nos discursos políticos atuais, está em total contradição com os princípios evangélicos e com a Doutrina Social da Igreja. O Papa Francisco o diz sem rodeios: “Hoje, afirmamos com clareza que ‘a pena de morte é inadmissível’ e a Igreja compromete-se decididamente a propor que seja abolida em todo o mundo” (*Fratelli tutti*, 263). O que se estende à prisão perpétua, que, segundo o Papa, “é uma pena de morte escondida” (Idem, 268).

10. A ação criminosa dos agentes do Estado, por meio da prática de tortura, é também condenada pela Doutrina Social da Igreja. “O discípulo de Cristo rejeita todo recurso [à tortura], de modo algum justificável e no qual a dignidade do homem é aviltada tanto naquele que é espancado quanto no seu algoz” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 404).

11. O mesmo ensinamento nos instrui a respeito dos armamentos. “A doutrina social propõe a meta de um ‘desarmamento geral, equilibrado e controlado’. O enorme aumento das armas representa uma ameaça grave para a estabilidade e a paz. [...]. Todo e qualquer acúmulo excessivo de armas ou o seu comércio generalizado não podem ser justificados moralmente” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 508).

12. Nenhum candidato ou candidata, partido político ou cabo eleitoral que defenda o contrário disso e baseie suas propostas de segurança na defesa da prisão perpétua, pena de morte, prática de tortura e armamento da população civil pode se apresentar como representante dos valores defendidos pela Igreja Católica. O mesmo ocorre com aqueles que homenageiam e defendem publicamente torturadores ou agentes de segurança que agem fora da lei.



Economia a serviço da vida

13. Faz parte da Doutrina Social da Igreja a ideia de que a economia deve servir ao bem comum e a política deve se sobrepôr aos interesses da economia. De acordo com a *Laudato si'*, “a política não deve submeter-se à economia [...]. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana” (Francisco, *Laudato si'*, 189).

O discurso político que só reconhece como meta da economia o crescimento da riqueza, os resultados financeiros, a austeridade fiscal e o compromisso com as grandes corporações e com os agentes financeiros está em contradição com o ensino social da Igreja. O mesmo ocorre com os programas de governo que não assumem o papel determinante do Estado na gestão da economia na perspectiva da vida humana – e mais ainda as ideias de fim do Estado para que este seja substituído pelo *mercado*. Pois “o mercado, de fato, não pode encontrar em si mesmo o princípio da própria legitimação” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 348). “O livre mercado pode produzir efeitos benéficos para a coletividade somente em presença de uma organização do Estado que defina e oriente a direção do desenvolvimento econômico” (Idem, 353). “O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal” (Francisco, *Fratelli tutti*, 168).

14. Em nossa atual conjuntura mundial e nacional, “devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos” (Francisco, *Fratelli tutti*, 168), e, por isso, deve-se privilegiar os programas econômicos e as propostas políticas que tenham o meio ambiente e os pobres como meta prioritária do desenvolvimento econômico.

A preferência pelos pobres, segundo a Doutrina Social da Igreja, é um imperativo decorrente de nossa fé, não uma opção ideológica. “O princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres [...]. A esse propósito deve ser reafirmada, em toda a sua força, a opção preferencial pelos pobres” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 182, reforçado nas Conferências Episcopais Latino-Americanas e Caribenhas de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida).

Defesa da democracia

15. A Igreja Católica tem compromisso firmado com a defesa dos valores democráticos. “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e



controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos” (João Paulo II, *Centesimus annus*, 46).

A Doutrina Social da Igreja destaca, no entanto, que “uma autêntica democracia não é somente o resultado de um respeito formal de regras, mas é o fruto da convicta aceitação dos valores que inspiram os procedimentos democráticos” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 407).

Partidos, candidatos ou candidatas e cabos eleitorais que simpatizam com regimes ditatoriais ou que atentam, com palavras e atos, contra a democracia e suas instituições também estão fora de sintonia com os ensinamentos de nossa Igreja e, como tais, não merecem nosso apoio.

Apoiamos e estimulamos as propostas que fortaleçam a participação popular por meio de conselhos populares, fóruns, conferências, plebiscitos, referendos e outras formas de proposição e controle da sociedade sobre temas que envolvem a todos.

Compromisso com a verdade

16. Lamentamos profundamente que a mentira esteja sendo usada como arma política e método para arregimentar apoiadores e seguidores de ideias políticas. Jesus apontava o Diabo como o “pai da mentira” (Jo 8, 44) e a Si mesmo como “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6). Por isso, a Doutrina Social da Igreja afirma que “os homens estão obrigados de modo particular a tender continuamente à verdade, a respeitá-la e a testemunhá-la responsabilmente (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 198).

Ao Papa Francisco não passou despercebida a triste realidade do uso da mentira como método político, potencializado pelas redes sociais e aplicativos de mensagens e gerador de fanatismos destrutivos, dos quais não escapam também os cristãos: “Deve-se reconhecer que os fanatismos, que induzem a destruir os outros, são protagonizados também por pessoas religiosas, sem excluir os cristãos, que podem ‘fazer parte de redes de violência verbal através da internet e vários fóruns ou espaços de intercâmbio digital. Mesmo nas mídias católicas, é possível ultrapassar os limites, tolerando-se a difamação e a calúnia e parecendo excluir qualquer ética e respeito pela fama alheia’” (Francisco, *Fratelli tutti*, 46).



Por isso, busquemos o debate eleitoral aberto, no qual não se escondam as propostas e projetos, e evitemos as candidaturas e campanhas pautadas na difamação do outro, nas falsas notícias, no discurso raivoso e nas mensagens de ódio transmitidas por aplicativos. Precisamos exigir ideias e propostas claras e rejeitar a mentira, pois, para o cristão, é a verdade que liberta! (cf. Jo 8, 32).

Honestidade como pressuposto

17. Para a Doutrina Social da Igreja, “entre as deformações do sistema democrático, a corrupção política é uma das mais graves porque trai, ao mesmo tempo, os princípios da moral e as normas da justiça social. A corrupção política distorce na raiz a função das instituições representativas, porque as usa como terreno de barganha política entre solicitações clientelares e favores dos governantes. Deste modo, as opções políticas favorecem os objetivos restritos de quantos possuem os meios para influenciá-las e impedem a realização do bem comum de todos os cidadãos” (*Compêndio da doutrina social da Igreja*, 411).

18. Para enfrentar a corrupção, devemos nos opor à compra e venda de parlamentares, seja por empresas privadas ou por verbas públicas e cargos nos governos em troca de apoio no Legislativo. Porém, a corrupção não aparece apenas na forma de roubos ou desvios de verbas, mas também na distorção da função dos mandatos e no seu uso interesseiro. O uso dos mandatos políticos para a criação de vantagens individuais ou de grupos particulares também corrompe o sentido da política e da coisa pública (*res publica*).

19. Contudo, os candidatos e candidatas não devem apresentar a honestidade como promessa de campanha ou plataforma política única. Honestidade é o pressuposto elementar para qualquer candidato que mereça o voto dos católicos. Ela está no terreno da ética e só por derivação faz parte da política. Por isso, não devemos nos contentar apenas com a promessa de honestidade, mas, tendo a conduta moral como pressuposto, devemos inquirir se os candidatos sabem a função e os limites dos cargos para os quais se candidatam. Embora não contratemos um motorista que não seja honesto, jamais daríamos a direção do carro a alguém apenas pela honestidade. É a habilidade na direção que nos vai fazer escolher, entre os honestos, aqueles que terão maior capacidade de dirigir.

20. Reiteramos o que foi dito na Mensagem ao Povo Brasileiro da 59ª Assembleia Geral da CNBB no dia 29 de abril de 2022: “Conclamamos toda a sociedade brasileira a participar das eleições e a votar com consciência e responsabilidade, escolhendo projetos representados por candidatos e candidatas comprometidos com a defesa integral da vida, defendendo-a em todas



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL LESTE 3

Av. João Baptista Parra, 525 – Praia do Suá
CEP: 29052-123 – Vitória – ES
Tels.: (27) 2142-1158 - secgeral@cnbbleste3.org.br

as suas etapas, desde a concepção até a morte natural. Que também não negligenciem os direitos humanos e sociais, e nossa casa comum onde a vida se desenvolve. Todos os cristãos somos chamados a preocuparmo-nos com a construção de um mundo melhor, por meio do diálogo e da cultura do encontro, na luta pela justiça e pela paz.”

21. Inspirados na Palavra de Deus, na Doutrina Social da Igreja, nas palavras do Papa Francisco e de seus antecessores, nas Conferências Episcopais Latino-Americanas e Caribenhas, nos documentos e pronunciamentos da CNBB, especialmente na Mensagem ao Povo Brasileiro da 59ª Assembleia Geral da CNBB, convocamos todos os católicos a participar ativamente das eleições, como candidatos(as) e eleitores(as), por meio de reflexões e ações, buscando ser “fermento na massa”, “sal da terra” e “luz do mundo”, a fim de construirmos uma sociedade mais justa, tolerante e fundada no direito e na justiça. Que eles “brotem como a fonte e o riacho que não seca” (Am 5, 24).

Que a graça e a sabedoria divina nos guiem e o amor de Cristo pelos mais pobres nos inspire na escolha dos candidatos e candidatas e no posterior acompanhamento de suas ações. Que a Virgem da Penha nos acompanhe e auxilie nessa importante missão.

Vitória, 01 de julho de 2022

Dom Dario Campos, OFM
Arcebispo Metropolitano de Vitória
Presidente do Regional Leste 3

Dom Paulo Bosi Dal’Bó,
Bispo da Diocese de São Mateus- ES
Vice-presidente

Dom Luiz Fernando Lisboa
Bispo da Diocese de Cachoeiro do Itapemirim ES
Secretário

Dom Lauro Sérgio Versiani Barbosa
Bispo da Diocese de Colatina



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL LESTE 3

Av. João Baptista Parra, 525 – Praia do Suá

CEP: 29052-123 – Vitória – ES

Tels.: (27) 2142-1158 - secgeral@cnbbleste3.org.br

Dom Andherson Franklin Lustoza de Souza

Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Vitória

Disponível no site: www.cnbbleste3.org.br